

EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E A EXPLORAÇÃO SEXUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Marco Aurélio da Silva – Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

RESUMO: O presente texto visa demonstrar a importância da educação em saúde na prevenção à violência e exploração sexual da criança e do adolescente. Portanto, o primeiro objetivo deste artigo é desenvolver uma reflexão que favoreça o diálogo entre os vários setores da sociedade e estes com a gestão pública parece ser o melhor caminho para a construção de recursos metodológicos adequados visando um trabalho humanizado em prol da prevenção e à violência cometidas contra crianças e adolescentes. Um segundo objetivo se refere fomentar uma reflexão crítica construtiva no que tange à consolidação de políticas públicas de prevenção a violência e exploração sexual. Por entendermos que a escola é o melhor lugar para discutirmos a educação sexual. Neste sentido, torna-se necessário um maior esclarecimento acerca de tais questões, a fim de propiciar mais clareza aos educandos sobre a referida temática. Desta forma busca-se fazer um levantamento bibliográfico sobre a referida temática no âmbito da educação brasileira. Sempre se faz necessário uma reflexão-ação no âmbito escolar no que se refere à temática sexualidade, pois uma das funções do educador é orientar e esclarecer os educandos. Desta forma conscientizando-os sobre os valores em exercer sua sexualidade de uma forma que seja responsável, sem trazer conseqüências para seu futuro.

ABSTRACT: This paper aims to demonstrate the importance of health education on prevention of violence and sexual exploitation of children and adolescents. Therefore, the first objective of this paper is to develop a reflection that fosters dialogue between the various sectors of society and these with the public management seems to be the best way for the construction of appropriate methodological resources targeting a humanized work towards the prevention and violence committed against children and adolescents. A second objective refers to foster a constructive critical reflection regarding the consolidation of public policies to prevent violence and sexual exploitation. Because we understand that the school is the best place to discuss sex education. In this sense, it is necessary to further clarification on such issues in order to bring more clarity to the learners on that theme. In this way we try to do a literature on that subject within the Brazilian education. Whenever it is necessary an action-reflection in the school in relation to sexuality theme because one of the functions of the teacher is to guide and enlighten students. Thus raising awareness of the values in their sexuality in a way that is responsible, not have consequences for their future.

PALAVRAS-CHAVE:

Educação em Saúde, Escola, Sexualidade, Criança e Adolescente

KEYWORDS:

Health Education, School, Sexuality, Child and Adolescent

Artigo Original

Recebido em: 20/05/2012

Avaliado em: 08/07/2013

Publicado em: 04/06/2014

Publicação

Anhanguera Educacional Ltda.

Coordenação

Instituto de Pesquisas Aplicadas e Desenvolvimento Educacional - IPADE

Correspondência

Sistema Anhanguera de Revistas Eletrônicas - SARE
rc.ipade@anhanguera.com

1. INTRODUÇÃO

A saúde é um conceito positivo, um recurso cotidiano que implica um estado completo de bem-estar físico, social e mental e não apenas a ausência de doença e/ou enfermidade (OMS, 1993). O ministério da Saúde ressalta que experiências individuais mostram que a Educação sexual é mais efetiva quando ministrada antes de se iniciar a atividade sexual e que esse processo na maioria das vezes, retarda o início da atividade sexual, reduz o número de doenças sexualmente transmissíveis, parceiros sexuais e gravidez não planejada.

O primeiro objetivo do artigo é fomentar um diálogo aberto e informativo entre os cidadãos e estes com seus representantes públicos mais próximos de suas comunidades disponibilizando-as, informações no sentido de orientação das possíveis situações indesejadas não só de jovens, bem como de adultos que por sua vez não tiveram acesso às informações e orientações as quais visam promover a promoção e prevenção à saúde.

Outra questão é buscar estratégias para o conhecimento e desenvolvimento da sexualidade e da redução e na vulnerabilidade das incidências de adolescentes e adultos das DSTs/HIV e gravidez não planejada. Pois, entendemos que Educação em Saúde deve ser pautada em planejamentos horizontais e objetivos visando uma real mudança no que tange ao comportamento muitas vezes fragmentado frente aos objetivos esperados frente a saúde.

A Emenda Constitucional N°26 de Fevereiro de 2000 altera o Artigo 6° da Constituição Federal de 1988, assegurando assim os “[...] direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”. A Lei de Diretrizes e Bases - Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 “LDB”, no âmbito da educação menciona no seu **Art. 3°** O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

A educação e a saúde são instrumentos fundamentais no norteamento do desenvolvimento humano. Sendo assim a LEI N° 8.069, de Julho de 1990 que é o Estatuto da Criança e do Adolescente “ECA” não poderia fazer outra afirmação.

Art. 3° A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Art. 4° É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Ressalta-se, a importância de um desenvolvimento biopsicossocial através dos valores sociais e políticos inseridos na sociedade e nas relações sociais. Para tanto, o diálogo entre os vários setores da sociedade e estes com a gestão pública parece ser o melhor caminho para a construção de recursos metodológicos adequados visando um trabalho humanizado em prol da prevenção e à violência cometidas contra crianças e adolescentes. Conforme Gomes et al. (2000), “ [...] partindo das inferências se procure interpretar os sentidos subjacentes ao que os sujeitos representam e vivenciam, a fim de se chegar à compreensão das regras constitutivas das particularidades inerentes à doença, do ponto de vista das práticas sociais cotidianas”. (p. 1213)

Neste sentido um segundo objetivo se refere a fomentação de uma reflexão crítica construtiva no que tange à consolidação de políticas públicas de doenças e agravos na prevenção e promoção à saúde através de parcerias entre empresas públicas e privadas, comunidades, escolas dispostos a acolher o projeto, e Unidade Básica de Saúde - UBS.

2. ESCOLA E EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA

A educação sexual nas escolas brasileiras não é uma exclusividade das últimas décadas, ao contrário constitui uma preocupação que remonta as primeiras décadas do século passado, quando se instaurava o sistema educacional brasileiro. Nos anos vinte e trinta do século XX, educação sexual já era uma preocupação para intelectuais, médicos, professores que povoavam o universo educacional brasileiro naquela época. Em 1933 foi fundado na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, o Circulo Brasileiro de Educação Sexual, que editou um periódico denominado Boletim, desde o ano da criação do Circulo até 1939 (SOUZA, 2002). Ao contrário daquilo que se habituou a pensar sobre o discurso pedagógico, a respeito da ocultação sobre o sexo e das práticas sexuais, desde o final do século XIX o sexo já era objeto de discussões entre médicos e educadores que defendiam a presença de uma educação para a higiene sexual dos jovens. (CÉSAR, 2008).

Nos primeiros anos da década de 1960, antes da ditadura militar, o Brasil vivia um clima de renovação pedagógica e foi justamente nesse período que o tema da educação sexual retornou para o discurso pedagógico. Nessa segunda onda da educação sexual brasileira, escolas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte organizaram programas para os seus alunos. Naquele período, o interesse crescente pela educação sexual entre as/os educadoras/es brasileiros levou a deputada federal Júlia Steimbruck, em 1968, a apresentar um projeto de lei propondo a introdução da educação sexual obrigatória nas escolas primárias e secundárias do país (WEREBE, 1998, p. 173). Nas palavras de Louro (2008),

De fato, a partir da segunda metade dos anos 1980, no Brasil, passou-se a discutir muito mais a sexualidade (e a homossexualidade) em várias instâncias sociais, inclusive nas escolas. A preocupação em engajar-se no combate à doença (Aids) fez com que organismos oficiais, tais como o Ministério da Educação passasse a estimular projetos de educação sexual, e, em 1996, o MEC incluiu a temática, como tema transversal, nos seus Parâmetros Curriculares Nacionais (os PCNs, a nova diretriz para a educação do País). Vale notar, contudo, que as condições que possibilitaram a ampliação da discussão sobre a sexualidade também tiveram o efeito de aproximá-la das ideias de risco e de ameaça, colocando em segundo plano a associação ao prazer e à vida (p.36).

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases - Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 “LDB”, muitos foram os avanços no processo de democratização do Brasil, desse modo, pretendeu-se dar uma significativa importância para os problemas relativos à educação os quais estavam diretamente relacionados a qualidade de vida da sociedade brasileira. Alguns dos objetivos almejados com a “LDB”, 1996, se refere a mudança das questões curriculares, abordando temas relacionados a saúde e ao contexto social, ou seja temas oriundos dos movimentos sociais, como as questões étnico-raciais, o meio-ambiente, a ética, assim como a sexualidade e as questões gênero. Inspirado pela reforma espanhola, o sistema educacional brasileiro passa a adotar a concepção dos temas transversais e instituiu a educação sexual como um dos temas a serem trabalhados nos “PCNs”. Pois dentro do âmbito escolar os mecanismos de exclusão e falta de informações seriam mais facilmente debatidos, esclarecidos e orientados pelos educadores multiprofissionais.

A partir da segunda metade da década de 1980, o Estado brasileiro, em virtude das pressões advindas das organizações não governamentais que desenvolviam importantes projetos de prevenção do “HIV/AIDS”, começou a se preocupar com a contaminação de jovens em idade escolar e iniciou um apoio tímido às iniciativas de educação sexual nas escolas.

3. COMO TRABALHAR A SEXUALIDADE NA ESCOLA?

Entende-se, por sexualidade como a qualidade do que é sexual e que para Ribeiro (1993) é um processo que ocorre de forma gradual na vida do ser humano. Neste sentido ressalta-se a importância de abordar a temática em sala de aula, pois é este período em que a criança e o adolescente estão em processo formativo. De acordo com Pinto (1999),

O trabalho de orientação sexual deve se ativer não apenas aos aspectos informativos ou biológicos a cerca do tema, mas abrir espaço para que os jovens possam debater os tabus, os preconceitos e a educação sexual de forma geral buscando ampliar seus conhecimentos sobre a vida sexual e sobre a sexualidade (p.19).

Segundo as orientação do Brasil (1997, p. 307), o educador é um sujeito que deve ter uma formação específica no que tange o trabalho da temática sexualidade com as crianças e adolescente. Entretanto, esta teoria parece-nos não atender a necessidade da sociedade atual. Uma vez que o educador é aquele que educa, que prepara para a vida em sociedade,

portanto, o trabalho interdisciplinar e com uma equipe multiprofissional é fundamental na comunidade escolar.

Tiba (1994), entende que, a temática sexualidade foi ignorada pelas escolas, e por uma sociedade preconceituosa por acreditarem no processo natural, ou seja, os jovens iriam descobrindo os mistérios, a magia de sexualidade naturalmente. Porém, a definição do Guia de Orientação Sexual, o qual traz menciona,

O termo Orientação Sexual quando utilizado na área de educação, deriva do conceito pedagógico de Orientação Educacional, definindo-se como o processo de intervenção sistemático na área da sexualidade, realizado principalmente em escolas. Pressupõe o fornecimento de informações sobre sexualidade e a organização de um espaço de reflexão questionamentos sobre posturas, tabus, crenças e valores a respeito de relacionamentos e comportamentos sexuais (GTPOS, ABIA, ECOS, 1994, p. 8).

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais “PCN’S” (MEC, 1997), A Orientação Sexual na escola deve ser entendida como um processo de intervenção pedagógica que tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados “[...] pois possibilita a discussão de diferentes pontos de vista associados à sexualidade, sem imposição de determinados valores sobre outros” (MEC, 1997, p. 34). Os Parâmetros Curriculares Nacionais “PCN’S” (Brasil, 1997), enfatizar que,

O professor deve se mostrar disponível para conversar a respeito das questões apresentadas, não emitir juízo de valor sobre as colocações feitas pelos alunos e responder às perguntas de forma direta e esclarecedora. Informações corretas do ponto de vista científico ou esclarecimentos sobre as questões trazidas pelos alunos são fundamentais para seu bem - estar e tranquilidade, para uma maior consciência de seu próprio corpo e melhores condições de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada e abuso sexual (p.124).

Neste sentido, torna-se necessário um maior esclarecimento acerca de tais questões, a fim de propiciar mais clareza aos educandos sobre a referida temática. Na concepção de Freire (2000), a transformação social precisa ser percebida como processo, numa perspectiva dialética, ou seja, num contexto em que não se absolutiza verdades, idéias, visões de mundo, experiências e vivências.¹ Se há uma referência à sociedade, a questão sexual não pode se desvinculada deste enfoque.

Sempre se faz necessário uma reflexão - ação no âmbito escolar no que se refere à temática sexualidade, pois uma das funções do educador é orientar e esclarecer os educandos conscientizando-os sobre os valores em exercer sua sexualidade de uma forma que seja responsável, sem trazer conseqüências para seu futuro.

A sexualidade, é um tema polêmico mas deve ser abordada por meio de um aspecto transversal, e dentro do contexto escolar deverá fazer parte do currículo da escola e nas discussões em sala de aula com uma finalidade em desenvolver mecanismos de conscientização

1 A finalidade da orientação da sexualidade no âmbito escolar, ou seja, trabalhando a temática educação em saúde disponibilizará um ambiente de “[...] construção compartilhada de conhecimento” (p.101) Pois será desenvolvida uma troca de experiência onde surgira o envolvimento dos sujeitos e conseqüentemente de toda a comunidade. .Por meio da uma “[...] intervenção nas relações sociais que vão influenciar a qualidade de suas vidas” (Carvalho MAP, Acioli S, Stotz EN. 2001. p.101)

do educando. Pois, por meio dos conhecimentos dos riscos e perigos que pode trazer um ato sexual quando praticado sem “consentimento” ou de forma “irresponsável” este jovem terá consciência e desenvolverá atitudes e comportamentos diferentes para sua vida, visando se precaver dos riscos. Além disto, o jovem que se encontra em situação de risco de exploração sexual terá uma rede de solidariedade que poderá fortalecê-lo no enfrentamento desses problemas.

Entretanto, devemos observar o contexto em que o adolescente está inserido, pois este ambiente irá influenciar positivo ou não o desenvolvimento de sua sexualidade, conforme aponta Damiani (2005),

[...] as atitudes e comportamentos relativos à sexualidade relacionam-se diretamente à cultura do indivíduo, que varia com o local, a época e as circunstâncias. Os papéis sexuais designados ao indivíduo para que ele se porte são determinados pela sociedade, que rotula o “moral” e o “certo” (p.37).

O educador enquanto mediador tem papel importante na formação da sociedade, este está qualificado a trabalhar temáticas consideradas até então polêmicas pela sociedade como a questão da, “sexualidade, drogas, bullying, agressões a professores, aborto, violência sexual”, são temas que devem ser debatidos / discutidos no âmbito escolar por equipes de multiprofissionais.

4. PAPEL DOS EDUCADORES E DA SOCIEDADE NA ORIENTAÇÃO SEXUAL

Segundo Foucault (1982),

A sexualidade é um “dispositivo histórico”, visto que, é uma invenção social, uma vez que, se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre sexo: discursos que regulam, normatizam que instauram saberes, que produzem “verdades”. Sua definição e dispositivo sugerem a direção abrangência de nosso olhar. (p.15)

O saber cuidar, o ser solidário com o outro é algo essencial do educador, portanto, acreditamos ser autêntico, mencionar Freire (1996), quando faz sua reflexão sobre o comprometimento solidário e sensível entre os sujeitos.

[...] estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem “tratar” sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem idéias de formação, sem politizar não é possível (FREIRE 1996, p.58).

Nesta mesma perspectiva de Foucault, Aquino (1991), contribui dizendo,

A orientação sexual na escola deve se dar em âmbito coletivo, não portanto caráter de aconselhamento individual ou psicoterapêutico. Deve também promover informações e discussões a cerca dos diferentes temática considerando a sexualidade em duas dimensões biológicas, psíquica e sociocultural, articulando - se, portanto, a um projeto educativo que se exerça.(p.114)

O processo de amadurecimento da sexualidade é um fenômeno que ocorre durante toda a vida do ser humano, o qual necessita de orientações de pessoas especializadas sobre a temática para que tenha melhores conhecimentos sobre como trabalhar a sua sexualidade. Não podemos, ignorar que o processo da sexualidade é parte essencial das relações interpessoais. Neste sentido é que surge a função da escola, com a finalidade de esclarecer, educar, transmitir conhecimentos, fortalecendo as relações sociais e discutindo com seus educandos temas polêmicos até então não discutidos como já citado anteriormente. Temas estes que muitas vezes surgem como agravantes nas relações sociais que seus efeitos são devastadores, ou seja, acaba destruindo as relações interpessoais deixando marcar indelével para o resto da vida.

Um dos papéis do educador juntamente com a escola seria em orientar os educandos sobre a temática sexualidade, para que possam ter conhecimentos fundamentais nas suas relações interpessoal onde o mesmo sem dúvida utilizará da sua "*sexualidade para demarcar território*". Portanto; devemos sim respeitar as diversidades as quais são constituídas pela heterogeneidade neste sentido o educador deve estar preparado para ajudar n processo de socialização e emancipação deste educando no âmbito escolar e conseqüentemente na sociedade. Neste sentido é que encontraremos o apoio da Instituição educativa como espaço de troca de saber, de conhecimento, informação.

Neste sentido pensamos em uma equipe multiprofissional, com o intuito de amenizar as angústias e os medos os quais são cotidianos dos indivíduos, sejam crianças e, principalmente, adolescentes. Esta equipe tem como uma das suas finalidades orientar a maturação e maturidade da sexualidade deste educando para o fortalecimento das relações interpessoais. Camargo e Ribeiro (1999), mencionam,

Muitos consideram, ainda hoje, a abordagem de questões sexuais na escola como algo não sadio, pois estimularia precocemente a sexualidade da criança e do adolescente. Para outros, a discussão orientada de temas relacionados à sexualidade proporcionaria aos jovens o conhecimento da importância da vida sexual, bem mais cedo e com maior profundidade (p.39).

É inegável que muitos são os desafios a serem enfrentados, pela escola, sociedade, pais, gestão pública, ou seja, todos os autores sociais devem estar dispostos a ajudar na preservação da integralidade da criança e do adolescente em situação de risco e vulnerabilidade social. De outro lado temos o educando o qual muitas vezes traz para dentro da escola muitas informações incorretas recebidas da rua e os mesmos acreditam que estão são as verdadeiras, portanto demonstram não receptíveis nesta troca de conhecimento entre escola e educandos. Outro fator é a liberdade de expressão de auto-afirmação por parte destes jovens que se encontram em um processo de amadurecimento de sua personalidade. Porém muitas vezes recebem informações equivocadas que são retratadas pela mídia, internet e suas ferramentas de forma fragmentada, deturpada, é neste sentido que acreditamos no papel da escola em formar cidadãos conscientes da sua conduta e da sua sexualidade.

5. VIRAR MÃE ANTES DE VIRAR MULHER, GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Atualmente, existe uma preocupação com a gravidez de jovens. De fato, estima-se que, no Brasil, 14% das mulheres com menos de 15 anos já tenham tido um filho. A gravidez de jovens de pouca idade, no entanto, não é exatamente um fenômeno atual. Costa e Bigras (2007), os autores consideram fundamental a importância da consideração de vários fatores, de vulnerabilidade na relação social dos adolescentes, pois,

No que diz respeito à infância e adolescência, as peculiaridades biopsicossociais relacionadas ao processo de crescimento, desenvolvimento pessoal (maturidade emocional e intelectual) e inserção social caracterizam este grupo como de alta vulnerabilidade aos agravos sociais (p.1105).

Haja vista que as expectativas sociais são muito grandes diante da idade, o que num determinado contexto torna-se um fato bom e aceitável, mas em um outro passa a ser vergonhoso e exasperador. Assim, a diferença é que antigamente não existiam tantas possibilidades de estudo e de trabalho para as meninas e os meninos. Porém, casar, ter filhos e passar a vida toda cuidando da família era considerado normal para as jovens, do mesmo modo, antigamente era normal os rapazes começarem a trabalhar cedo para sustentar a família. Dessa forma, Heilborn et al, (2006), referem que:

[...] a adolescência caracteriza-se por diversas transições, sendo a passagem à sexualidade com o parceiro a de maior repercussão. O aprendizado da sexualidade, contudo, não se restringe àquele da genitalidade, tampouco ao acontecimento da primeira relação sexual. Trata-se de um processo de experimentação pessoal e de impregnação pela cultura sexual do grupo, que se acelera na adolescência e na juventude. O aprendizado constitui-se na familiarização de representações, valores, papéis de gênero, rituais de interação e de práticas, presentes na noção de cultura sexual (p.35).

Porém, hoje existem políticas públicas em prol de resguardar os Direitos das Crianças a terem acesso livre a sua formação. O governo é enfático em fazer cumprir a lei quando se fala em Direito garantido ao adolescente. Portanto, nada melhor do que nossas escolas para começarmos a promover a Educação em Saúde. É claro que devemos utilizar metodologias e didáticas as quais sejam de fácil compreensão na sua linguagem.

6. COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Toro (1994), acredita que a mobilização social é um caminho que pode contrinuir efetivamente na construção da educação em saúde, entretanto todos agentes trabalhando com o mesmo propósito fomentar metodologias / práticas pedagógicas de prevenção a criança e adolescente em situação de vulnerabilidade.

A mobilização ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com objetivos comuns buscando, quotidianamente, resultados decididos e desejados por todos. Por isso, mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum sob uma interpretação e um sentido também compartilhados. Sendo uma mobilização uma convocação, ela é um ato de liberdade, oposto da manipulação, um ato público de vontade, de paixão (p.5).

Neste sentido, (ABRÁPIA, 1997), afirma que, “identificar os casos de violência contra a criança e o adolescente são obrigações dos profissionais que trabalham com crianças e adolescentes e, em especial, do professor” (p. 6), e o Estatuto da Criança e do Adolescente, deixa claro a obrigação dos profissionais da educação.

Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena: multa de 3 a 20 salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência. (ECA, 2000, p 90)

Educação em saúde deve ser pensada por meio de ações que visam a qualificação do trabalho em rede seja este já existente ou em processo de implantação, fortalecendo assim ações que estejam voltadas ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. O Sistema único de Saúde propõe a importância da Educação em Saúde permanente visando uma real prevenção e promoção de saúde.

O trabalho e a formação do docente deve ter em suas práticas estudos sobre sexualidade, pois, se o educador não tem sustentação teórica para saber como problematizar e responder os questionários dos seus alunos, docente estará deixando uma lacuna na formação dos estudantes. Lembrando que, este processo formativo deve estar co-relacionado aos elementos culturais, sociais e históricos que são as bases estruturantes da vida humana.

Os currículos dos cursos de formação de professores e professoras deveriam conter falas e vivências sobre a sexualidade humana, despertando possibilidades do corpo e das emoções. Conhecer a sexualidade não significa aprender a estrutura dos genitais. Educação sexual centrada na genitalidade advém de uma educação que disciplina, organiza e concentra o prazer nos genitais; assim procedendo, anestesia o resto do corpo (CAMARGO & RIBEIRO, 1999, p.50).

Camargo (2007), enfatiza a importância de termos profissionais capacitados para trabalhar a temática educação sexual, de forma transversal e interdisciplinar considerando a realidade dos alunos e suas experiências, portanto trata-se de uma educação em rede.

7. CONCLUSÃO

Dessa forma é grande a mobilização dos diversos atores sociais no processo de conscientização da importância da educação e saúde no âmbito escolar por meio de uma reeducação como eixo norteador do futuro da humanidade. Nesse contexto destacamos entidades governamentais e não governamentais como: ONGs, movimentos populares, grupos religiosos, organizações políticas entre outros. Por outro lado se as ações caminharem de forma humanizada, de respeito a cada sujeito inserido na sociedade os registros ou marcas conseqüentemente serão

saudáveis, e sob esse aspecto o processo de maturação da sexualidade se dará de forma que visa a promoção da saúde e verdadeiramente na construção da dignidade humana.

Entretanto, é possível apartir da realidade atual construir novos caminhos utilizando como ferramenta a educação em saúde, ampliando a visão de problemas como maturação da sexualidade, bullying, agressões a professores, drogas. Em outras palavras uma educação em saúde deve ser emancipatória produzindo uma valorização do indivíduo ao instante que promove mudança de valores e contribui para a formação de redes multiprofissionais.

Portanto, este processo emancipatório do homem visa assumir uma autonomia dialógica, de experiência de cada indivíduo desencadeada apartir de seu cotidiano. Logo, só é possível através de uma educação em saúde por meio de um sistema de educação libertadora, de respeito às diferenças e a diversidade, ou seja, a inclusão como fomento de saberes, aliada ao trabalho de forma horizontal e interdisciplinar promovendo assim a criação de vínculo de solidariedade e co-responsabilidade.

O profissional da educação é aquele que desenvolve suas práticas pedagógicas considerando a realidade social, portanto, é fundamental um trabalho diferenciado, estratégico no que se refere a temática sexualidade. O objetivo da nossa reflexão foi dinamizar uma reflexão crítica e construtiva do trabalho docente çembrando sempre que o objetivo da educação de crianças e adolescentes é um desenvolvimento cognitivo com qualidade. Sendo assim, a escola desenvolver um papel importante na vida desses sujeitos, que é auxiliar-lhes na construção da vida em sociedade.

Mas, devemos ressaltar que este trabalho só dará fruto se tiver a efetiva participação da sociedade, das famílias e da gestão pública. Nesse sentido, cabe aos gestores públicos formentarem espaços de formação continuada para o profissional da educação e para este público específico, visando assim minimizar as pr'blemáticas envolvendo violência e exploração sexual de crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTI-PROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (ABRAPIA). Abuso sexual contra crianças e adolescentes : proteção e prevenção - guia de orientação para educadores. Petrópolis, RJ: Autores & Agentes & Associados, 1997.

AQUINO, J. G (org.). Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental- Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAMARGO, Ana Maria Faccioli de; RIBEIRO, Cláudia. Sexualidade (s) e Infância (s): A sexualidade como um tema transversal. São Paulo: Editora da Universidade de Campinas, 1999.

- COSTA, M. C. O.; BIGRAS, M. Mecanismos pessoais e coletivos de proteção e promoção da qualidade de vida para a infância e adolescência. *Ciência & Saúde Coletiva*. v. 12, n. 12, p. 1101-109, 2007.
- DAMIANI, F. E. Gravidez na adolescência: A quem cabe educar? Passo Fundo: UPF, 150 p. 2005
- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, RJ. Realização Centro de Estudos e Pesquisas da Primeira Vara da Infância e Juventude, 2000.
- FREIRE, P. Pedagogia do Orpimido: 10ª edição. Rio de Janeiro: ed Paz e Terra, 1981.
- _____, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FOUCAULT, Michel. História da sexualidade: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- GOMES. R, MENDONÇA E.A, PONTES, M. L. As representações sociais e a experiência da doença. *CAD Saúde Pública* 2002; 18:1207-14.
- GTPOS, ABIA, ECOS. Guia de Orientação Sexual - Diretrizes e Metodologia. São Paulo: Casa do Psicólogo. 1994.
- JADSTAD, V. A sexualidade e a criança. São Paulo: Moderna, 1987.
- HEILBORN, M. L.; et al. O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2006.
- LOURO, G. L. Um corpo estranho: ensaios sobre a sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Ministério da Saúde do Brasil. Dados e pesquisa: www.gov.saude.br , acesso em: dezembro de 2009.
- PROGRAMA NACIONAL DE DST E AIDS. "Dados e Pesquisas em DSTe AIDS". Disponível em: <http://www.aids.gov.br> .. Acesso em: janeiro 2013.
- PINTO, E.B. Orientação sexual, 1ª Ed. Belo Horizonte, 1999.
- TORO A., José Bernardo. Como mobilizar pela educação? In: Simpósio estratégias de mobilização. Educação para todos, todos pela educação. Brasília: MEC; Unicef, 1994. (Cadernos de Educação Básica, Série Atualidades Pedagógicas, 8).